

CONNELL, RAEWYN. *GÊNERO EM TERMOS REAIS*. 1ª ED. SÃO PAULO: NVERSOS, 2016.

Marcos Paulo Magalhães de Figueiredo (marcospaulomagalhaes25@gmail.com)¹

Carlito Lins de Almeida Filho (ito.taichou@gmail.com)²

A

primeira vista, o sumário de “Gênero em termos reais” pode causar na pessoa em que fizer a leitura a sensação de o livro ser um compilado de capítulos com temáticas em comum. Essa percepção não perdura, ainda no início das páginas do livro. A forma como Raewyn Connell costura o sequenciamento dos capítulos demonstra uma conexão fluida, que instiga e provoca quem se aventura pela obra. O conteúdo do livro é dividido em três partes: Parte I: Dinâmicas do Gênero; Parte II: Homens e Masculinidades; Parte III: Mulheres Transexuais. Cada uma dessas partes, por sua vez, é composta por capítulos com diferentes temas.

Antes de explorar o conteúdo do livro em si, faz-se necessário apontar duas características que fazem toda a diferença na leitura do livro. A primeira, de natureza mais explícita, são as notas sobre a tradução da obra¹. Tais notas relatam, de forma concisa e explicativa, as escolhas feitas no decorrer da tradução. Há uma espécie de pequeno glossário explicativo sobre as expressões verbais na língua inglesa empregadas no processo de generificação das pessoas. Assim quem lê o livro consegue acessar, de forma didática e aprofundada, o conteúdo da obra, mas também a razão das escolhas no decorrer da tradução.

A segunda característica, por sua vez, é relativamente mais implícita e se refere ao próprio curso de vida da autora. Destaca-se que essa característica é implícita, porque a autora fala brevemente sobre a sua posição enquanto uma mulher transsexual e acadêmica oriunda de uma universidade da Austrália. Todavia o acesso mais aprofundado de alguns de seus traços biográficos permite uma melhor compreensão de sua obra e construção de conexões com o contexto

¹ O livro foi traduzido por Marília Moschkovich, atualmente professora do departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

¹ Licenciado em Ciências Sociais e mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutorando em Ciências Sociais (UNICAMP).

² Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

social brasileiro e do sul global como um todo². Raewyn Connell é socióloga e professora emérita da Universidade de Sydney. Ela é nascida em Melbourne, na Austrália, de uma família de origem branca anglo-saxã³.

A produção acadêmica de Raewyn Connell é vasta, perpassando temáticas como os estudos de gênero, sociologia do conhecimento, educação, dentre outros. Segundo a própria autora, ser uma pesquisadora australiana é algo que produz grande impacto na sua produção acadêmica⁴. Assim como o Brasil, a Austrália é um país com profundas raízes coloniais e forjado através da violência e da exploração ambiental. Notadamente, as práticas violentas eram perpetradas principalmente sobre os corpos de povos originários, mulheres e de trabalhadores de forma geral. Assim como o Brasil, a Austrália tem uma economia voltada para a exploração de recursos minerais e da produção agropecuária. Contudo, diferente do Brasil, trata-se de um país rico e com indicadores sociais e econômicos próximos ao de países desenvolvidos do norte global. Ter em mente a posição de Connell enquanto uma intelectual australiana é de suma importância para o entendimento de sua obra.

Em “Gênero em termos reais”, a proposta da autora é debater os estudos de gênero para além de uma concepção abstrata ou essencialista. A obra explora como as pessoas corporificam os signos delineadores do processo de generificação ao qual estamos todos expostos. Na primeira parte de seu livro, faz uma análise, a partir da sociologia do conhecimento, de como se dá a circulação da produção de saberes acadêmicos acerca dos estudos de gênero. Na sequência, demonstra a existência de uma “colonialidade do gênero”, em que pesquisadoras oriundas de países do norte global ditam a produção intelectual nos estudos de gênero de forma generalizada. Há um questionamento que

² O uso das expressões “norte global” e “sul global” são constantemente empregadas nas obras de Connell. A grosso modo, os países do norte global são aqueles tidos como desenvolvidos, localizados na América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e na Europa Ocidental (Reino Unido, França e dentre outros). Os países do sul global, por sua vez, são aqueles pertencentes à periferia do sistema capitalista. Trata-se de países da América Latina, África e parte do continente asiático.

³ Maiores informações acerca da biografia da autora estão disponíveis em seu site pessoal: <http://www.raewynconnell.net/>.

⁴ Raewyn Connell já esteve em eventos acadêmicos brasileiros por algumas vezes. Em uma de suas visitas, esteve presente no 35º Encontro Anual da ANPOCS. Na ocasião, ela cedeu uma entrevista para as pesquisadoras Miriam Adelman e Carmen Rial (2013). A referência completa da entrevista publicada no periódico “Estudos Feministas” se encontra no final desta resenha.

indaga o porquê dessas teóricas feministas e/ou dos estudos de gênero serem mais influentes no debate. De uma forma assertiva e concreta, e sem parecer idealista, a autora aponta como as intelectuais do norte global exportam marcos teóricos para outras localidades de forma pouco cuidadosa, especialmente considerando que os países do norte global representam uma pequena parcela da população mundial. Não obstante, Raewyn Connell destaca algumas contribuições substanciais para o debate dos estudos de gênero e feminismos dos países ditos periféricos. Ela destaca autoras como Heleieth Saffioti (Brasil), Marta Lamas (México), Julieta Kirkwood (Chile), Susie Tharu e Tejaswini Niranjana (Índia), dentre outras.

A autora destaca como é necessário refletir sobre o sul global com todas as suas nuances a partir de uma ótica de gênero. Os países que passaram por processos de colonização foram submetidos a toda uma sorte de violências para que o regime colonial pudesse se perpetuar. O caráter generificado da colonização é expresso pelo fomento de uma masculinidade hegemônica truculenta e embrutecida, seja para estimular as incursões militares e/ou exploratórias para a dominação laboral de pessoas não brancas. O ímpeto colonial também é cristalizado por meio de violências de gênero, notadamente o estupro.

Em seu esforço de delinear os contornos dessa “colonialidade do gênero”, Connell não fica refém da dicotomia entre indivíduo e sociedade. Ela é crítica da ideia de que a colonização foi uma imposição pura e simplificada do colonizador diante das pessoas. Para a escritora, as pessoas possuem agência e sempre pensam em formas de resistência e subversão das normas. Não obstante, privilegia uma perspectiva relacional dos estudos de gênero. Assim gênero é um padrão, uma forma na qual as relações sociais entre as pessoas são produzidas. Ao incorporar uma perspectiva relacional de gênero, Connell argumenta que as pessoas fazem e corporificam socialmente seu próprio gênero, mas não de forma livre. Os signos generificados que as pessoas escolhem corporificar socialmente estão subordinados a uma ordem de gênero que é estrutural. Algumas pessoas tomam pra si os signos que a ordem de gênero espera que seja corporificado, outros subvertem a norma. Outro ponto é que essa estrutura social que produz a ordem de gênero hegemônica também é produzida pelas pessoas.

É a perspectiva relacional de gênero que permite romper com a dicotomia indivíduo e sociedade, pois, a partir de estudos empíricos, a autora demonstra

como as pessoas transformam e/ou reatualizam a ordem de gênero vigente. Por isso Connell propõe pensar a corporificação do gênero não apenas em uma escala local, mas também em uma escala global. Em seu livro, demonstra essa corporificação global por meio de um estudo realizado entre funcionários da administração pública australiana em Sydney.

Connell argumenta como esses órgãos foram pressionados a repensar as suas práticas laborais e a combater as discriminações de gênero em um ambiente corporativo. A autora conduziu uma série de entrevistas com homens e mulheres que atuavam na gestão pública. Os homens advogavam que o machismo e as violências de gênero no ambiente corporativo eram praticamente inexistentes. As mulheres, por sua vez, denunciavam práticas sexistas em seu cotidiano, mesmo reconhecendo haver uma melhora e atenuação das desigualdades de gênero na administração pública em comparação com décadas anteriores. O argumento da autora é que o Estado australiano almeja produzir uma “neutralidade” de gênero. Desse modo, independente do gênero, homens e mulheres possuíam as mesmas chances de ascensão laboral. Nesse entendimento, essa construção de um ambiente de trabalho “neutro” em gênero é a única forma possível de conciliar uma ideologia neoliberal com os princípios da igualdade de gênero. O curioso é que, apesar de o corpo de gestores produzir uma ordem de gênero “neutra” na administração pública australiana, os homens ainda se sentiam ameaçados ou incomodados com a presença feminina, principalmente quando elas chegavam aos cargos de chefia. Essa percepção masculina que aparece nas páginas finais da primeira parte acaba sendo um gancho para a discussão que essa cientista social se debruça posteriormente.

Na segunda parte do livro, o debate gira em torno do tema das masculinidades e inicia-se apontando a desproporção da participação de homens enquanto sujeitos de pesquisa nos estudos de gênero e feministas⁵. Isso fez com que, por vezes, falar de gênero fosse o mesmo que falar de mulheres. O livro propõe uma indagação junto com os leitores, questionando se os homens estarão dispostos a abrir mão dos dividendos advindos de um regime de gênero que privilegia o masculino.

⁵ A presença dos homens nos estudos de gênero e em movimentos sociais feministas permanece sendo um tema espinhoso. Para uma discussão sobre homens e masculinidades nos estudos feministas e de gênero, ver Karen Giffin (2005).

A autora segue propondo que uma ambivalência na ordem de gênero vigente que privilegia os homens também os penaliza. Para ilustrar isso, lança mão do conceito de masculinidade hegemônica. Nesse plano, argumenta a existência de várias formas de ser masculino, em que um modelo de masculinidade hegemônica subordina os outros padrões existentes. Posto isso, inicia seu olhar empírico sobre a masculinidade hegemônica e executiva. Afinal a maioria das pessoas que chefiam os altos escalões do capital financeiro são homens brancos. Desvendar como opera essa masculinidade é desvendar alguns aspectos da ordem de gênero no contexto do modo de produção capitalista em um contexto de globalização e neoliberal.

A obra costura essas formas de ser masculino que estão inseridas em uma geometria fractal produzida pela ideologia neoliberal. Assim, o ideário de competitividade é perfilado não apenas entre a elite financeira formada majoritariamente por homens brancos, mas também, nos trabalhadores e operários de forma geral. Connell relata como, por vezes, os homens não conseguem conciliar a carreira e a vida familiar. Claro que tal dificuldade de conciliação é operacionalizada de forma diferente em comparação com as mulheres. A grande maioria dos homens que atuavam no mundo corporativo tinham de abrir mão do convívio com as esposas e filhos para se doarem totalmente à carreira. Em menor quantidade, alguns rapazes escolhiam investir em mais tempo convivendo com a família, o que era um impeditivo para obterem progressos em suas carreiras.

Essa é apenas uma faceta da forma como uma ordem de gênero patriarcal e profundamente machista atinge os homens. O modo como os homens são socializados quando crianças também é repleto de violências. A autora destaca alguns exemplos no âmbito educacional: a) meninos que não respondem ao ideário de virilidade da masculinidade hegemônica são perseguidos e violentados no espaço escolar; b) filhos de colonos europeus na África do Sul que são ensinados desde a infância a cultivarem uma masculinidade violenta e agressiva; c) os maiores índices de mortalidade e encarceramento de rapazes jovens e adultos desfavorecidos economicamente ou racializados; d) o isolamento emocional experienciado pelos jovens oriundos das classes mais abastadas.

É preciso ressaltar que Connell é bastante cuidadosa ao promover o debate sobre masculinidades. Em nenhum momento ela apregoa que a ordem de gênero violenta os corpos de homens e mulheres com a mesma intensidade. Afinal,

ainda no início de sua discussão sobre masculinidades, questiona se os homens estão dispostos a abrir mão dos benefícios de uma estrutura patriarcal. O próprio conceito de masculinidade hegemônica demonstra a não fixidez dos arranjos de gênero, examinando as ambivalências e disparidades existentes a partir de outros marcadores sociais da diferença.

Na terceira parte, o livro enfoca nos estudos sobre transexualidade. Nesse ponto, relata que não se trata de um estudo autobiográfico, afinal a escritora também é uma mulher transexual. Nessa parte, faz análise do relato de vida de uma mulher transsexual chamada Robyn, que ela entrevistou no final da década de 1980. A escrita novamente é cuidadosa e explícita que a própria interlocutora fez uma série de interpretações referentes ao seu processo de transição e que, em nenhum momento, Connell pretende falar por sua interlocutora. Mesmo não sendo um estudo autobiográfico, a própria autora relata ter sido uma entrevista muito complicada de se fazer, pois, nos anos 1980, ela já tinha consciência ou o desejo de ser uma mulher transexual, todavia ela só viria a realizar a transição em 2006⁶. Não é o escopo dessa resenha apresentar em detalhes o relato de Robyn, mas sim destacar alguns pontos para explicar o desencadeamento lógico exposto por Connell.

A interlocutora dessa entrevista relata detalhes da sua vida da infância até o momento da transição. A partir desse relato, o leitor consegue vislumbrar de forma concreta as desigualdades de gênero experienciadas pela interlocutora de Connell. Antes da transição, sua interlocutora era um homem branco e filho de imigrantes do leste europeu. Como muitas pessoas na Austrália que cresceram durante a grande depressão, ela teve de deixar os estudos para trabalhar. Em sua trajetória antes da transição, Robyn conseguiu alcançar o ideário de masculinidade hegemônica esperado para os homens de sua geração. Obteve melhores cargos no trabalho, casou-se e teve dois filhos. No entanto a empresa de Robyn a demitiu por não ter um diploma superior. Um divórcio e a partilha de bens em subsequência fizeram com que o padrão de vida de Robyn decaísse.

Foi somente após o divórcio que Robyn iniciou a transição. Com as economias, ela passou a conduzir o próprio negócio como taxista. Robyn relata que, no decorrer do processo, ela descobriu que ser mulher é conexo com custos

⁶ Raewyn Connell fala com mais detalhes sobre o seu processo de transição na entrevista publicada no periódico “Estudos Feministas” em 2013 (ADELMAN; RIAL, 2013).

financeiros e sociais. Ela relata o quanto gastava com roupas e maquiagens, pois gostava de ostentar uma feminilidade exacerbada e exigia que as pessoas a reconhecessem como mulher. Não obstante, Robyn experienciou violências que antes nunca havia passado, como tentativas de violência sexual.

A autora também expõe os tensionamentos existentes dos saberes feministas e psiquiátricos para com mulheres transexuais. Afinal boa parte dos psiquiatras e psicólogos clínicos que detêm a primazia desse saber são guiados por um repertório cultural que estigmatiza e/ou atribui um caráter patológico para com as mulheres transexuais.

No que se refere ao movimento feminista, Connell aborda as ambivalências e os múltiplos posicionamentos existentes no interior das correntes teóricas feministas. Não foi algo incomum que expoentes do movimento feminista no norte global lançassem ataques ferozes contra mulheres transexuais. Destarte, tal postura belicosa não era uníssona, e segmentos do movimento feminista encabeçados por mulheres cisgênero também acolhiam e lutavam ao lado de mulheres transexuais.

A obra também destaca como o movimento feminista obteve ganhos com a produção acadêmica acerca da transexualidade feminina. Implica dizer que muitos estudos de gênero sobre transexualidade feminina iluminaram os processos de corporificação social do gênero que atinge o corpo das pessoas, sejam pessoas cisgênero ou transgênero, diga-se de passagem. Por fim, é preciso evidenciar a crítica de Connell sobre as apropriações indevidas de acadêmicas dos estudos de gênero do norte global frente aos contextos culturais do sul global. Era comum que as pesquisas fizessem ligações entre o terceiro gênero existente em outras cosmologias com a transexualidade presente em contextos com forte influência de uma gramática cultural de matriz europeia. Essas apropriações, muito provavelmente, ignoravam como se dava a produção das relações de gênero em outros contextos cosmológicos.

“Gênero em termos reais” possui um mérito que é raro de se ver nas publicações acadêmicas. O livro consegue ser de fácil compreensão para os leitores iniciantes nos estudos de gênero, ao passo que é denso e explora problemáticas dos estudos de gênero interconexas. Não se trata de um manual com a pretensão de introduzir no leitor todas as facetas dos estudos de gênero contemporâneos, até porque algumas temáticas contemporâneas dos estudos de

gênero não se encontram presentes no livro. Todavia o nível de profundidade das discussões que a autora emprega é impecável e mais frutífera aos leitores.

É preciso destacar o caráter interdisciplinar da obra de Connell. Claro, ainda se trata de um livro de sociologia. No entanto a autora faz uso de estudos etnográficos e de observações de campo, bem como de estudos em contextos macrossociológicos. Assim “Gênero em termos reais” oferece ferramentas para estudantes e pesquisadores das três áreas irmãs das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). O cuidado da autora em balizar os estudos de gênero a partir de uma sociedade forjada pela colonização, levando em conta as nuances que diferenciam a Austrália frente aos países do sul global também é admirável.

Quaisquer pessoas que tenham militância política e/ou realizem pesquisas acerca das questões de gênero ganham muito com as ferramentas teóricas e, em menor grau, metodológicas existentes no livro. Parafraseando o próprio título da obra de Raewyn Connell, as pessoas poderão olhar e refletir sobre as relações de gênero de maneira concreta e ampla, em termos reais.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam; RIAL, Carmen. Uma trajetória pessoal e acadêmica: entrevista com Raewyn Connell. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis-SC, v. 21, n. 1, p. 211-231, 2013.
- GIFFIN, Karen. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro-RJ, v. 10, p. 47-57, 2005.